

***Relatório Anual do Projeto de
Educação Ambiental
NEA-BC – março a dezembro de 2024***

*Processo nº 02022.000468/2015-66
COPROD/CGMAC/DILIC*

Março 2025

INTRODUÇÃO

Este relatório descreve as atividades desenvolvidas no período de março a dezembro de 2024 referentes à execução da V fase do projeto Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos - NEA-BC, que atende às condicionantes específicas das Licenças de Operação estabelecidas pelo Ibama dos empreendimentos conforme o anexo IX. Com relação às ações realizadas nos meses de janeiro e fevereiro de 2024, referentes à IV fase, optou-se por evidenciá-las em relatório, posteriormente.

1 – Nome do programa

Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC), conduzido pelo Ibama.

2 – Número da região

O projeto NEA-BC é desenvolvido, por meio de metodologias participativas junto às comunidades, em 13 municípios do estado do Rio de Janeiro, Região 5, e contempla quatro municípios do Espírito Santo, Região 6.

3 – Nome do projeto

Projeto Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos (NEA-BC).

4 – Estados envolvidos e nomes dos municípios contemplados

A área de abrangência do projeto NEA-BC corresponde às localidades inseridas em 17 municípios, sendo 13 deles no estado do Rio de Janeiro: Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casimiro de Abreu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra e Saquarema, na região da Bacia de Campos e Santos e quatro no estado do Espírito Santo: Itapemirim, Marataízes, Piúma e Presidente Kennedy. Estes últimos municípios foram incorporados ao projeto nesta fase.

5 – Recorte espacial com detalhamento e identificação de todas as localidades e comunidades

Quadro 1: Localidade e comunidades

Núcleos	Bairros/comunidades
Araruama	Centro, Iguabinha, Praia Seca, Morro Grande e São Vicente.
Armação dos Búzios	Rasa, Cem Braças, Geribá, Manguinhos, Maria Joaquina e Brava.
Arraial do Cabo	Prainha, Monte Alto, Parque das Gaivotas, Praia dos Anjos, Figueira, Sabiá e Caiçara.
Cabo Frio	Unamar, Jardim Esperança, Monte Alegre, Boca do Mato, Centro, Vila Nova, Jardim Caiçara, São Cristóvão, Praia do Siqueira, Botafogo, Maria Romana, Maria Joaquina, Espírito Santo, Preto Forro, Gamboa, Tamoios, Ponta do Ambrósio e Passagem.
Campos dos Goytacazes	Farol de São Tomé (Farolzinho, Xexé, Vila do Sol, Centro, Rádio Velho, Vila dos Pescadores e Lagamar), Baixa Grande, Goitacazes e Jóquei.
Carapebus	Ubás, Fundão, Centro, Morro do Oscar Brito, Praça Cordeiro, Assentamento João Batista Soares, Imbiú, Morrinhos, Botafoguinho, Sapecado e Córrego Grande.
Casimiro de Abreu	Distrito Barra de São João: Peixe Dourado, Peixe Dourado 2, Vila Nova, Nova Barra, Centro e Bairro São João (Arroz).
Itapemirim	Campo Acima, Gomes, Itaoca, Itaipava, Graúna, Meirelles, Paineiras, Piabanha e Vila de Itapemirim.
Marataízes	Alto da Lagoa Funda, Areia Negra, Belo Horizonte, Buraca, Barra do Itapemirim, Cações, Cidade Nova, Jacarandá, Lagoa dos Patos, Pontal, Santa Rita e Santa Tereza.
Macaé	Lagomar, Parque Aeroporto, Fronteira, Miramar, Granja dos Cavaleiros, Nova Macaé, Frade, Glicério, Nova Holanda, Barreto, Centro, Visconde de Araújo, Aroeira e Imbetiba.
Piúma	Acaiaca, Centro, Jardim Maily, Lourdes, Limão, Monte Aghá, Nova Esperança e Niterói.
Presidente Kennedy	Centro, Jaqueira, Marobá, Praia das Neves, São Paulo, Santa Lúcia e São Salvador.
Quissamã	Santa Catarina, Sítio Quissamã, Alto Alegre, Matias, Centro, Barra do Furado, Machadinha, Caxias e Piteiras.
Rio das Ostras	Centro, Boca da Barra, Liberdade, Guaiamum, Jardim Mariléia, Ouro Verde, Terra Firme, Village, Atlântico, Âncora, Enseada das Gaivotas, Recanto, Extensão do Bosque, Cidade Beira Mar, Recreio, Nova Cidade e Cidade Praiana.
São Francisco de Itabapoana	Barra de Itabapoana, Travessão de Barra, Praça João Pessoa, Boa Sorte, Coréia, Guaxindiba, Sossego, Santa Clara, Gargaú, Centro, Imburi de Campos, Volta Redonda, Nova Belém, Lagoa Feia, Barrinha e Deserto Feliz.
São João da Barra	Atafona, Centro, Grussaí, Cajueiro, Açú, Mato Escuro, Água Preta, Bajuru, Sabonete, Palacete, Alto do Cardeiro – Azeitona, Quixaba, Capela de São Pedro, Pipeiras, Vila da Terra e Barcelos
Saquarema	Bacaxá, Porto da Roça, Madressilva, Bicuíba, Jaconé, Retiro, Gravatá, Vila, Barra Nova e Serra do Mato Grosso.

6 – Relação cronológica dos eventos realizados

Seguem na tabela abaixo as principais atividades realizadas na região. Todas essas estão detalhadas no anexo V – Planilha de Atividades.

Quadro 2: Municípios e principais atividades desenvolvidas de março a dezembro de 2024

MUNICÍPIO	PRINCIPAIS ATIVIDADES
Araruama	- Representação no Seminário Nacional Juventudes, Meio Ambiente e Justiça Climática; - Participação na Conferência Municipal de Meio Ambiente; - Realizar formações para os membros dos Grupos Gestores Locais sobre as etapas de elaboração, execução e avaliação do orçamento público e as estratégias de monitoramento visando o controle social.
Armação dos Búzios	- Promover formação aberta à comunidade sobre a Área de Proteção Ambiental Mangue de Pedra; - Realizar formações para os membros dos Grupos Gestores Locais sobre elaboração de projetos; - Participação na Audiência Pública da Lei Orçamentária Anual.
Arraial do Cabo	- Diálogo com a Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Renda e Direitos Humanos tornando possível a realização da primeira Conferência da Cidade com organização direta do GGL; - Participação na Audiência Pública da LOA no Distrito Monte Alto; - Monitoramento do orçamento público e divulgação através de notícias e material informativo impresso.
Cabo Frio	- Participação na 1ª Conferência Municipal da Cidade e na 1ª Conferência Municipal de Meio Ambiente; - Diálogo com representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento para apresentar propostas sobre Resíduos Sólidos; - Reunião de Articulação da Comissão de Acompanhamento do Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos.
Campos dos Goytacazes	- Representação na reunião do Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana; - Representação na reunião da Comissão Organizadora da Conferência Municipal das Cidades; - Participação na Conferência Municipal da Cidade de Campos dos Goytacazes.
Carapebus	- Promoção de formações abertas à comunidade no formato de Cine Debate; - Representação na reunião do Núcleo Gestor Participativo do Processo de Elaboração do Plano Diretor do Município de Carapebus; - Participação na Audiência Pública do Plano Diretor Municipal.
Casimiro de Abreu	- Realização de intercâmbios para troca de experiências na I Conferência Estadual de Educação Ambiental do RJ; - Promoção de formações abertas à comunidade no formato de Encontro educativo e Cine Debate; - Mapear e monitorar os impactos socioespaciais da cadeia da indústria do petróleo e gás; - Elaboração de material informativo no formato de Fanzine.
Itapemirim	- Participação na Reunião de Posse do Conselho da Área de Proteção Ambiental Lagoa de Guanandy; - Formação aberta à comunidade no formato de Roda de Diálogo a fim de

	realizar ações diagnósticas e trocar conhecimentos acerca das rendas petrolíferas, na perspectiva da população, além de apresentar o projeto NEA-BC e mobilizar a comunidade.
Marataízes	- Realização de um encontro educativo com alunas da Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Marcelino, com o objetivo de apresentar o Projeto NEA-BC e mobilizar novos participantes para a formação do Grupo Gestor Local; - Formação aberta à comunidade, por meio de roda de diálogo.
Macaé	- Representação na comissão organizadora da Conferência da Cidade e eleição para compor o Conselho da Cidade; - Participação na Conferência Intermunicipal de Meio Ambiente com propostas aprovadas e delegados eleitos; - Grupos de Trabalho para mapear os impactos socioespaciais da cadeia da indústria do petróleo e gás.
Piúma	- Participação na Audiência Pública da LOA 2025 em 26/09/2024 para acompanhar os procedimentos de aprovação da lei e colocar em prática os conhecimentos adquiridos nas oficinas de orçamento público do NEA-BC; - Realização de Roda de Diálogo aberta ao público com o intuito de mobilizar e formar o Grupo Gestor Local.
Presidente Kennedy	- Promoção da atividade formativa aberta à comunidade "Trilha da Cidadania" para construir conhecimentos acerca dos impactos da indústria do Petróleo e Gás Natural; - Realização de Roda de Conversa para a mobilização de comunitários e formação do Grupo Gestor Local.
Quissamã	- Grupo de trabalho de interligação entre os mapeamentos e monitoramentos (Orçamento, Impacto e Legislações); - Realizar diálogo com o poder público voltados para lançamento do edital de convocação das organizações da sociedade civil organizada para a implementação do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana, Transportes e Trânsito; - Participação na Conferência Municipal das Cidades.
Rio das Ostras	- Oficina para os membros do Grupo Gestor Local na temática de planejamento urbano; - Participação na Conferência Municipal de Meio Ambiente na Conferência da Cidade; - Grupos de Trabalho para mapear e monitorar a aplicação das legislações socioespaciais de acordo com os impactos da cadeia da indústria de petróleo.
São Francisco de Itabapoana	- Intercâmbio entre NOs com São João da Barra para trocar experiências sobre os impactos socioambientais dos empreendimentos portuários; - Formações abertas à comunidade com encontros educativos nas escolas; - Oficina para o Grupo Gestor Local e produção do curta metragem "Desenvolvimento responsável: com a palavra a população".
São João da Barra	- Oficina para o Grupo Gestor Local na temática de Drone; - Participação da Audiência Pública Plano Municipal de Resíduos Sólidos e na 1ª Conferência Municipal de Meio Ambiente; - Intercâmbio entre NOs para troca de experiências com Saquarema e São Francisco de Itabapoana.

Saquarema	- Intercâmbio para troca de experiências sobre o processo de licenciamento, instalação e operação do Complexo Empresarial e Portuário do Açú; - Articulação com Conselho Gestor do Subcomitê da Lagoa de Saquarema para implementar o recurso do Fundo de Boas Práticas (FUNBOAS); - Grupos de trabalho para mapeamento das legislações socioespaciais e impactos da cadeia de petróleo e gás; - Representações no Conselho da Cidade, no Plano de Saneamento Básico e na 1ª Conferência Municipal de Meio Ambiente de Saquarema.
Comissões Regionais	- Reunião da Comissão Regional dos núcleos do projeto NEA-BC na bacia de Santos.

7 - Análise sucinta sobre o desenvolvimento do projeto NEA-BC

Este relatório apresenta a análise de resultados obtidos pelo projeto em sua V fase, no período entre março e dezembro de 2024.

O projeto está subdividido em três etapas e, cada uma delas, possui objetivos específicos, distribuídos da seguinte forma:

1. Etapa referente à execução do NEA-BC nos municípios do Rio de Janeiro

Objetivo 1.1: Identificar as questões socioespaciais/socioambientais relacionadas aos impactos da cadeia produtiva da indústria de petróleo e gás natural: – **resultado 1.1** - Impactos da cadeia da indústria do petróleo e gás sobre as questões socioespaciais/socioambientais identificadas;

Objetivo 1.2: Construir e disseminar conhecimentos acerca dos impactos da cadeia produtiva da indústria de sobre o uso e ocupação do solo. **Resultado 1.2** – Grupos Gestores Locais (GGLs) capacitados em relação aos impactos da cadeia do petróleo na dinâmica socioespacial;

Objetivo 1.3: Exercer o controle social e a incidência política sobre as políticas públicas socioespaciais e socioambientais. **Resultado 1.3** – Participação em espaços de controle social e alteração de políticas públicas junto ao poder público.

2. Etapa referente à implantação do NEA-BC nos municípios do Espírito Santo

Objetivo 2.1: Promover infraestrutura para a implantação do projeto NEA-BC nos municípios de Itapemirim, Piúma, Marataízes e Presidente Kennedy.

Resultado 2.1 - Contratação da equipe, locação e funcionamento de Núcleos Operacionais (NOs), com capacidade para atender as demandas dos Grupos Gestores Locais em relação às atividades formativas e

pesquisas;

Objetivo 2.2: Construir e disseminar conhecimentos acerca dos impactos da cadeia produtiva da indústria de petróleo e gás, sobre o uso e ocupação do solo. **Resultado 2.2** – Grupos Gestores Locais capacitados em relação aos impactos da cadeia do petróleo na dinâmica socioespacial;

Objetivo 2.3: Exercer o controle social e a incidência política sobre as políticas públicas socioespaciais e socioambientais. **Resultado 2.3** – Participação em espaços de controle social e alteração de políticas públicas junto ao poder público.

3. Fortalecimento da Associação e execução do Pró-Lideranças NEA-BC

Objetivo 3.1: Fortalecer a organização interna da Associação Raízes.

Resultado 3.1 - Associação Raízes com capacidade de gerir atividades formativas com as comunidades de forma transparente, a fim de possibilitar a participação na gestão ambiental pública;

Objetivo 3.2: Executar o Pró-Lideranças e o evento de culminância –

Resultado 3.2 - Grupos Gestores Locais e participantes da comunidade capacitados para intervir na gestão socioespacial/socioambiental.

Na **etapa 1**, referente à execução do NEA-BC nos municípios do Rio de Janeiro, os resultados relativos ao **objetivo 1.1** compreende as ações relacionadas à identificação das questões socioespaciais/socioambientais, no que tange aos impactos da cadeia produtiva da indústria de petróleo e gás natural. Para cada um dos temas, foram realizados 13 mapeamentos. A partir destes, foram feitos os monitoramentos.

Sobre a aplicação das legislações socioespaciais, de acordo com as políticas públicas prioritárias, dos Grupos Gestores Locais, foram desenvolvidos 14 monitoramentos dos seguintes documentos: Planos Diretores, Planos Municipais de Saneamento Básico, Plano de Habitação e Interesse Social, Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, Plano de Gestão Integrada da Orla Marítima, Plano de Mobilidade Urbana, Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei Orgânica, Lei de

Zoneamento, Lei de Uso e Ocupação do Solo, Lei de Parcelamento do Solo e Código de Obras e de Postura. Já em relação ao monitoramento dos impactos socioespaciais, num total de 11 atividades, foram monitorados: uso e ocupação do solo, densidade demográfica, royalties e pressão sobre infraestrutura, onde foram levantados dados como a percepção dos comunitários em relação aos macroimpactos, os impactos presentes no município e os indicadores secundários para monitoramento. Entre os impactos mais citados, estão: aumento da mancha urbana, demanda por bens e serviços, aumento populacional, alteração no uso do solo, aumento na arrecadação de royalties e a má utilização dos recursos dos royalties nas políticas públicas.

Com relação ao **objetivo 1.2**, a oferta e fortalecimento dos Núcleos Operacionais (NOs), de forma a permitir o seu acesso e integração à comunidade, ocorreu com a disponibilização de 13 acervos de livros e computadores com acesso à internet. A manutenção dos NOs foi realizada por meio da aquisição de equipamentos e mobiliários para aprimorar o espaço físico. Desta forma, ao final deste primeiro ano, totalizam-se 227 integrantes do projeto e 4.064 visitas em seus núcleos.

Acerca da criação/atualização de arquivos de memória com ações e saberes dos GGLs, 12 Núcleos fizeram a atividade com intuito de registrar as trajetórias percorridas pelos grupos, assim como o conhecimento acumulado ao longo do ano. Os materiais foram elaborados no acervo on-line, em plataformas como Canva e Google, nos municípios de São João da Barra, Campos dos Goytacazes, São Francisco de Itabapoana e Araruama. E em acervo físico, no formato de book fotográfico e livros, nos municípios de Saquarema, Carapebus, Armação dos Búzios, Macaé, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras e Arraial do Cabo e, no formato de vídeo, desenvolvido no município de Quissamã.

As formações aos participantes do projeto foram distribuídas em reuniões do GGL, grupos de estudos e de trabalho e, ainda, em oficinas temáticas ofertadas pelo NEA-BC. As reuniões do GGL oportunizaram o alinhamento de informações, devolutivas das atividades executadas, ações realizadas pelos

bolsistas, planejamento de atividades e definição de estratégias de atuação em espaços de representação e participação, assim como diálogo com o poder público e intervenção em políticas públicas municipais. Todos os municípios realizaram reuniões do GGL, com um total de 178 encontros.

Os Grupos de Estudo buscam oportunizar a pesquisa, o levantamento de temáticas e ampliação de conhecimentos acerca de assuntos relevantes aos participantes e as ações previstas no projeto. Das 71 atividades realizadas, os principais temas estudados foram as políticas públicas prioritárias, os impactos socioespaciais da cadeia da indústria do petróleo e gás, as legislações socioespaciais, as leis orçamentárias, os conselhos municipais, as conferências municipais, o Plano Macro e atividades do GGL como: dossiê de incidência, intercâmbio, audiências públicas, mapeamento e monitoramentos. Para realização dos mapeamentos e monitoramento das legislações e dos impactos socioespaciais, foram realizados 40 grupos de estudos que permearam as políticas públicas de saneamento básico, desenvolvimento sustentável, recursos hídricos, turismo, Plano Macro, orçamento público e educação ambiental. Outros grupos de estudo, focaram os trabalhos a respeito dos espaços de participação e controle social (conselhos, comissões, conferências e audiências públicas).

Os Grupos de Trabalho (GT), que servem para construir, planejar e organizar, de forma coletiva, as ações do GGL, somaram 290 reuniões. Destas, 193 foram para alinhamento e planejamento de ações previstas nos planos de trabalhos e as atividades em políticas públicas prioritárias do grupo, como: estruturação de dossiê, organização de formações abertas, planejamento de oficinas, intercâmbios, mapeamento e monitoramento de legislações, dos impactos e do orçamento público. Para elaboração de textos para as mídias sociais e materiais informativos, foram realizadas 62 atividades que abordaram as temáticas do orçamento público, divulgação do andamento das políticas públicas prioritárias, divulgação das propostas de controle social e as ações de participação e representação em espaços de controle social. Também foram realizados 35 GTs, momento para alinhamento da participação em atividades

externas como as representações em espaços de controle social, diálogo com o poder público e até para apresentação de propostas de incidência.

As oficinas temáticas para o Grupo Gestor Local aconteceram em todos os municípios, no total de 14 oficinas. Esta metodologia foi utilizada com a finalidade de capacitar os grupos para atuação nos temas: elaboração de roteiros e edição de vídeos, fanzine, pilotagem de drone, projeto de lei, planejamento urbanos, oratória, Canva, pesquisa e coleta de dados.

As formações abertas à comunidade, mecanismo de diálogo entre a comunidade e o projeto, somaram um total de 30 atividades, que contribuíram para a construção de conhecimento e fomento à participação social. Estas formações foram divididas em cineclubes/cinedebates, encontros educativos e rodas de diálogo.

Ao longo do ano, nove municípios realizaram formações por meio dos cinedebates, totalizando 11 sessões, que ocorreram nos municípios de Arraial do Cabo (um), Cabo Frio (um), Campos dos Goytacazes (um), Casimiro de Abreu (um), Carapebus (dois), Macaé (um), Rio das Ostras (um), São Francisco de Itabapoana (um) e São João da Barra (dois) para tratar de temas como participação social, saneamento básico, resíduos sólidos, impactos e políticas socioambientais, desenvolvimento sustentável, planejamento urbano e fortalecimento da organização comunitária.

No formato de encontro educativo, foram realizadas 13 formações nos grupos de Araruama, Casimiro de Abreu, São Francisco de Itabapoana e Saquarema. As atividades aconteceram em escolas para apresentação do projeto, mobilização, debater questões ligadas à realidade local e participação social e gestão do território

Os grupos de Armação dos Búzios, Macaé, Araruama, Quissamã e Rio das Ostras promoveram seis rodas de diálogo com temáticas que percorreram assuntos ligados à mobilidade urbana, resíduos sólidos, gestão ambiental pública, licenciamento ambiental, ICMS Ecológico, Áreas de Proteção Ambiental (APA) e impactos da cadeia de indústria de petróleo e gás na região.

Sobre os intercâmbios para troca de experiências, foram realizadas um total de 21 atividades. Os GGLs puderam conhecer as experiências em políticas públicas de outros municípios, incluindo as políticas públicas setoriais como meio ambiente, educação ambiental e mobilidade urbana, além de visitas a Unidades de Conservação (UCs), estações de tratamento de esgoto e água, instituições do poder público e iniciativas da sociedade civil, como forma de fortalecer suas ações nesses setores.

Acerca do material informativo para disseminação de conhecimento, elaborou-se um total de 13 peças nos formatos de: infográfico, cartilha, folder, boletim e vídeo para divulgação das ações do GGL, das realidades locais, funções do poder legislativo e executivo, juventude, mobilidade urbana e por fim, materiais analíticos sobre o orçamento público, saneamento básico e desenvolvimento sustentável.

Em relação à elaboração de textos informativos para as mídias sociais, conforme apresenta o anexo II, o período contou com 75 publicações com conteúdo relativo às ações internas e externas do GGL; às políticas públicas prioritárias; à atuação nos espaços de controle social; ao mapeamento e monitoramento das legislações, dos impactos e do orçamento público; assim como as incidências políticas realizadas.

No período, os materiais publicados geraram 7.163 interações e 60.142 alcances no Instagram. No Facebook foram geradas 277 interações e 3.680 alcances, enquanto o site registrou 817 visualizações e, no YouTube, 661 inscritos.

O **objetivo 1.3** compreende as ações de participação social e incidência política, por meio do diálogo entre a comunidade e o poder público. Para esse fim, os Grupos Gestores Locais realizaram 452 atividades, envolvendo a elaboração/atualização de dossiês das ações acerca das políticas públicas; monitoramentos e divulgações do orçamento público; ações conjuntas com instituições, movimentos sociais e demais PEAs voltadas para acompanhamento, monitoramento e incidência política; participações e

representações em espaços de controle social; reuniões com o poder público e promoção de eventos para deliberações de propostas de incidência política.

Os dossiês, registro da atuação dos GGLs na gestão ambiental pública, dão subsídio aos grupos na tomada de decisão quanto à participação social, representações e envio de propostas. Ressalta-se que todos os municípios possuem dossiês e 12 os mantiveram atualizados. Apenas o grupo de Macaé não realizou a atividade, por estar prevista para o ano II da fase. Os temas destes dossiês incluem as intervenções nos Conselhos de Meio Ambiente, Conselho de Juventude, nas Leis Orçamentárias, nos Planos Diretores municipais, nos planos setoriais em conferências municipais, estaduais e nacionais.

O monitoramento do orçamento público passou por 13 atualizações, por meio das quais foi possível os grupos verificarem as movimentações e execuções relacionadas às políticas públicas prioritárias e aos impactos socioespaciais que monitoram. Com o acompanhamento de ações e programas, metas e todos os gastos públicos, os GGLs identificaram as fragilidades da aplicação dos recursos públicos ou execução ineficiente e, a partir disso, elaboraram e apresentaram propostas para as peças orçamentárias (LOA e LDO), com o intuito de auxiliar a gestão ambiental pública. Este acompanhamento contribuiu, ainda, com a divulgação de materiais temáticos em formato de textos para mídias sociais, infográficos e dashboards interativos. Cabe ressaltar que todos os dados coletados pelos municípios são divulgados principalmente na plataforma de dados Explora. Desse modo, os grupos podem disseminar os dados para a população e divulgar as propostas que eles apresentaram ao poder público.

Outra forma importante de acompanhar e monitorar as políticas públicas, assim como propor melhorias, foram as articulações com PEAs e instituições da sociedade civil, realizadas num montante de 32 atividades. As ações em conjunto com os PEAs envolveram o Pescarte, Rede Observação, Foco e Quipea. As articulações ocorreram com outras instituições como o Instituto Federal Fluminense (IFF), em São Francisco de Itabapoana; com a empresa

HidroBR, no município de Rio das Ostras; associações de moradores, Cooperativa Cooperben, Conselho Gestor do Subcomitê de Saquarema, em Saquarema; Fórum de Entidades Cíveis de Armação de Búzios, Instituto dos Arquitetos do Brasil, Colônia dos Pescadores em Armação dos Búzios; e em Cabo Frio estão Cooperativa de Materiais Recicláveis, Projeto Medialogando, Companhia de Serviços de Cabo Frio (COMSERCAF) e OAB.

A metodologia e propósito das articulações diferem de um município para o outro, com reuniões de planejamento, grupos de estudo e de trabalho sobre as temáticas de saneamento ambiental, Plano Diretor e atuação nos espaços de controle social. As atividades de articulação, apenas no ano I, já ultrapassaram a meta prevista para a V Fase que era de 13 ações, sendo 146% de atividades a mais e proporcionaram conquistas no campo do controle social e incidência política.

A respeito das participações em espaços de controle social, o período contou com 163 atividades que possibilitaram o diálogo entre sociedade civil e o poder público, oportunizando intervenções e apresentação de propostas para melhoria das políticas públicas. Sua distribuição ocorreu da seguinte forma: 20 fóruns; uma roda de conversa; duas sessões da Câmara Municipal de Vereadores; 12 oficinas para atualização do Plano de políticas públicas setoriais; 22 conferências, em escala municipal, estadual e nacional; 15 reuniões dos conselhos municipais, câmaras técnicas, comitês e subcomitês; 36 audiências públicas que contaram com a apresentação de metas fiscais, de leis orçamentárias (LDO e LOA), de projetos de empreendimentos (ligados ao licenciamento ambiental) como, por exemplo, a do Projeto de Ampliação do Oleoduto Sul e de políticas públicas (programas e planos setoriais), como o Plano Diretor; 54 participações em atividades diversas, como seminários (cinco), assembleias (um), eleição (um), eventos (24), reuniões públicas (14), workshops (três), Encontro (dois), feiras (duas) e palestras (uma). Destaca-se as participações em reuniões de comissões para elaboração da Conferência Municipal da Cidade e de Meio Ambiente e a eleição dos GGLs de Carapebus,

Quissamã e Macaé como delegados para etapa estadual na Conferência Intermunicipal de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas.

Acerca das representações, espaços que dão direito à participação com voz e voto, o projeto NEA-BC, por meio da institucionalidade da Associação Raízes, alcançou 60 assentos, 49 deles municipais, distribuídos em temporários (19), permanentes (30) e 11 regionais, representados pelos comitês de bacia e unidades de conservação. Em caráter temporário, foi conquistado um assento em âmbito nacional, para o Seminário Nacional de Juventudes, Meio Ambiente e Justiça Climática.

No período, houve ingresso e/ou reingresso nos seguintes espaços: Conselho Municipal de Meio Ambiente, em Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Cabo Frio, Carapebus, Macaé e Rio das Ostras; Conselho Municipal da Cidade, em Macaé; Conselho Municipal de Saúde, em Rio das Ostras; Subcomitê da Bacia Hidrográfica da Lagoa de Saquarema, Jaconé e Jacarepiá e Parque Estadual Costa do Sol, em Saquarema; e Parque Estadual da Lagoa do Açu, em Campos dos Goytacazes e São João da Barra.

As reuniões de representação contaram com debates, estudos técnicos e construção de políticas públicas, por meio do monitoramento de sua execução, gestão/aprovação orçamentária e da apresentação de propostas, totalizando 204 atividades. A partir destas, foram encaminhadas 54 propostas, sendo 39 delas aprovadas e cinco executadas. As propostas foram distribuídas da seguinte forma: 11 para a Conferência Municipal de Meio Ambiente; 11 para o Plano Diretor Participativo de Carapebus; 15 para o Conselho de Meio Ambiente; uma no Conselho da Cidade; uma no Conselho Municipal de Saúde; uma para Comissão Organizadora da Conferência Municipal das Cidades e 14 no Seminário Nacional de Juventudes, Meio Ambiente e Justiça Climática, encaminhada para o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Dentre as propostas aprovadas destacam-se as solicitações voltadas para o aumento da participação social como a criação de espaços de controle social tais como: criação de conselho, realização de conferência e realização de fórum.

As intervenções nas políticas públicas contam com o diálogo com o poder público como estratégia de intervenção. Estas ocorreram ao longo de 28 encontros, a partir dos quais, foram apresentadas 85 propostas de incidência política às secretarias municipais de Planejamento, Mobilidade Urbana, Turismo, Meio Ambiente e de Obras. Além desses, houve diálogo com as esferas do poder Legislativo (Câmara de Vereadores) e dos poderes Executivos, nas figuras dos prefeitos, secretarias de governo e secretários municipais.

Ao todo, os grupos se organizaram para elaborar 369 propostas de alteração das políticas públicas, conforme descrito no anexo VII. Com vistas a ampliar a atuação nos espaços de controle e garantir sua implementação, elas são estrategicamente apresentadas em um ou mais espaços, podendo se repetir. Com isso, tais propostas foram apresentadas 438 vezes para os temas: revisão de Plano Diretor, Políticas Públicas de Mobilidade Urbana, Plano de Saneamento Básico, propostas ao orçamento público municipal, orçamento participativo, transparência, meio ambiente e juventude. Dentre as propostas destacam-se as solicitações de realização das Conferências das Cidades e de Meio Ambiente, assim como as contribuições voltadas para a LOA e LDO.

A qualificação dos grupos no processo de estruturação das propostas, conta também com o acompanhamento de sua aprovação e execução. Esse processo é uma constante nos grupos, com o monitoramento das ações públicas, legislações e sistemas de transparência. Do total de propostas apresentadas, 165 foram aprovadas e 19 executadas. As propostas executadas correspondem a alterações de legislações municipais, solicitação de documentos, aumento da participação social e ativação/operacionalização de sistemas de transparência.

Para além de compor os resultados do projeto NEA-BC, as intervenções da sociedade civil nas políticas públicas municipais geram um impacto em suas comunidades ao promoverem mudanças que afetam a todos, como a implementação do orçamento participativo, alteração das legislações

socioespaciais e transparência na gestão pública. Dessa forma, as participações dos GGLs têm promovido o acesso da comunidade às políticas públicas.

Na **etapa 2**, referente à implantação do NEA-BC nos municípios do Espírito Santo, para cumprimento do **objetivo 2.1**, houve a contratação tanto da equipe de gestão quanto da equipe técnica. A composição do quadro de profissionais necessários à implantação do projeto no estado, contou com o remanejamento de integrantes da equipe no Rio de Janeiro para as funções de coordenador pedagógico, coordenadora administrativa/financeira, educador social, gestora de projetos e pesquisador social. Para complementar o número de profissionais, foram contratados uma advogada, um assistente administrativo regional, quatro assistentes de mobilização e logística, uma auxiliar administrativa financeira, um comunicador social, um designer gráfico, três educadores sociais e um jovem aprendiz, totalizando assim 17 profissionais atuantes do Espírito Santo.

Após as contratações, teve início às atividades de capacitação da equipe, a respeito das metodologias aplicadas pelo projeto NEA-BC, assim como sobre os procedimentos administrativos/financeiros necessários para o cumprimento e alcance das metas dos planos de trabalho, atribuições de cada função/categoria, fluxo de plano do projeto, procedimentos de monitoramento e avaliação, objetivos e a elaboração do diagnóstico dos impactos da indústria do petróleo e gás, introdução de procedimentos pedagógicos e conceitos e dinâmica entre os macroimpactos e impactos socioeconômicos relacionados à indústria do petróleo e gás. No campo político e pedagógico, as capacitações pautaram as vertentes educacionais adotadas pelo projeto, o licenciamento ambiental das atividades petrolíferas e processos educativos previstos no Projeto Político Pedagógico (PPP) da Associação Raízes e mitigação dos impactos da indústria do petróleo e gás, com foco nas rendas petrolíferas e questões socioespaciais. Para concluir as capacitações, os processos e as estratégias de mobilização para atrair participantes ao projeto e formação

continuada, foram temas compartilhados e debatidos nos encontros. Ao todo, contabilizou-se 13 atividades para este objetivo.

Quanto ao espaço físico do projeto no estado, foram implantados os núcleos operacionais, um em cada município, assim como a sede da Associação Raízes, no município de Marataízes. Com exceção do Núcleo de Presidente Kennedy, que aguarda a conclusão de procedimentos administrativos da prefeitura, todos os demais imóveis providenciaram a ativação do CNPJ das unidades. Os alvarás de funcionamento referentes aos núcleos dos municípios de Piúma, Itapemirim e sede em Marataízes foram ativados. Os demais alvarás estão em processo administrativo.

No período, implementou-se o diagnóstico acerca dos impactos da indústria do petróleo e gás nos municípios do Espírito Santo nos quais o projeto atua, com a elaboração de plano de trabalho para sua realização, levantamento e a análise dos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) referentes aos campos de produção e empreendimentos de petróleo e gás relacionados a esses territórios, assim como os indicadores municipais relacionados aos impactos socioeconômicos. Em seguida, foi realizada a coleta dos dados primários por meio da aplicação de questionário junto à população, por meio de bolsistas contratados e capacitados para a função. Após a redação do relatório do diagnóstico, foi elaborada a caracterização dos municípios, o histórico da atuação da indústria do petróleo e gás no estado e nos territórios, a tabulação e análise dos dados gerais. O material foi concluído em dezembro de 2024.

Ao longo do último trimestre do ano de referência foram realizadas oito atividades voltadas para a mobilização de comunitários com vistas à composição dos Grupos Gestores Locais na região. Em todas as ocasiões, foram trabalhadas temáticas como conceitos de meio ambiente, impactos socioeconômicos e a aplicação de recursos provenientes da indústria do petróleo e gás. Também foram realizadas mobilizações presenciais, aproveitando espaços públicos nos municípios. Tais atividades resultaram nas inscrições dos primeiros integrantes dos Grupos Gestores Locais.

No contexto do **objetivo 2.2** do projeto nos municípios do Espírito Santo, os núcleos operacionais estavam disponíveis à comunidade, enquanto espaços voltados para pesquisa, equipados com infraestrutura composta por computadores, acervo bibliográfico, internet e mobiliário. Durante esse período, os espaços registraram um total de 202 visitas, mostrando que os comunitários têm se aproximado e interagindo de forma cada vez mais efetiva.

As formações abertas à comunidade ocorreram em diferentes contextos, temáticas e ambientes, como instituições de ensino público, Núcleos Operacionais e praças públicas, a fim de convidar a comunidade para participar do projeto. Assim, realizou-se 11 atividades, onde teve destaque a Trilha da Cidadania. A ação ocorreu em cada um dos quatro municípios, com o propósito de apresentar o NEA-BC aos interessados e explorar, de maneira lúdica, os impactos da indústria do petróleo e gás natural, com foco na arrecadação de royalties e participações especiais.

As atividades foram publicizadas por meio de 12 notícias relacionadas à implementação do projeto no estado e sobre a execução das atividades do projeto nos municípios. Até o momento, estas notícias alcançaram 251 contatos do Facebook e 9544 do Instagram.

Já em relação ao **objetivo 2.3**, as participações em espaços de controle social, apesar de previstas para 2025, também foram antecipadas em 2024 pelas equipes técnicas dos municípios. O objetivo foi conhecer a condução dos debates e deliberações em cada um desses espaços, para viabilizar a contextualização, o incentivo e o preparo dos futuros sujeitos da ação educativa para participações qualitativas. Assim, contabilizou-se 16 participações em reuniões e oficinas de conselhos municipais relacionados à gestão ambiental, audiências públicas sobre a revisão de planos diretores e leis orçamentárias. Até o momento, os espaços de participação têm sido escolhidos com base na Linha de Ação C da nota técnica 001/2010 do Ibama. A avaliação em outros órgãos ou audiências serão avaliadas junto aos integrantes dos novos grupos, a partir de janeiro de 2025.

Entre agosto e novembro de 2024, também foram iniciadas as reuniões de diálogo com o poder público. Nestas atividades, o projeto foi apresentado aos representantes das secretarias e órgãos, com seus objetivos, metodologias de trabalho, áreas de atuação e expansão para o Espírito Santo. Entre as metas específicas dessas 12 atividades realizadas nos quatro municípios, esteve o de estabelecer uma interação com o poder público de forma prévia à formação dos Grupos Gestores Locais para que, futuramente, eles encontrem um acesso facilitado à concretização de novos diálogos e apresentação de demandas e propostas. Nessa iniciativa, destacaram-se os diálogos com a Secretaria de Administração, Fazenda e Planejamento de Piúma e com a Secretaria de Obras de Presidente Kennedy, por meio das quais informações relativas a questões socioespaciais e a impactos da indústria do petróleo e gás nos municípios puderam ser levantadas e analisadas pelas equipes.

Ao longo do ano, também ocorreram duas atividades não previstas no planejamento do projeto, para iniciar a interação com demais projetos de educação ambiental atuantes na região, a fim de viabilizar futuras articulações para elaboração e encaminhamento de propostas conjuntas ao poder público. Como exemplo, houve a participação da equipe técnica de Presidente Kennedy na reunião de devolutiva dos resultados alcançados pelo Projeto Rede Observação no município. Também foi realizada uma reunião com a equipe do empreendimento Porto Central, na qual seus representantes apresentaram o projeto de implantação e operação do complexo industrial multipropósito.

A **etapa 3**, da etapa transversal, **o objetivo 3.1**, referente às atividades da Associação e seu fortalecimento, realizou a publicização mensal da prestação de contas no sítio institucional, tal como nas fases anteriores. Ela ocorreu por meio de um relatório financeiro, que detalha receitas e despesas da instituição para as atividades desenvolvidas no projeto NEA-BC. Nos Núcleos Operacionais, as prestações de contas são fixadas no mural das sedes municipais, onde todos podem conhecer as receitas e despesas, analisar e dialogar sobre estas, com a equipe.

As atividades de monitoramento, avaliação e planejamento ocorreram por meio dos encontros trimestrais, num total de quatro atividades, enquanto as capacitações da equipe nos encontros quadrimestrais, dois especificamente, realizados de forma concomitante aos encontros trimestrais.

Os encontros trimestrais dedicaram-se a analisar o desenvolvimento do projeto e planejar suas ações, por meio da apresentação de resultados e sua análise. Este momento também contribuiu para que a equipe do Espírito Santo, contratada no início da fase, pudesse conhecer os processos políticos, pedagógicos e interventivos desenvolvidos e a metodologia de trabalho. Nos encontros quadrimestrais, foram realizadas capacitações a respeito dos instrumentos de pesquisa, mapeamentos e monitoramento das legislações socioespaciais, dos impactos da indústria do petróleo, do orçamento público e sobre royalties e participações especiais, a fim de orientar as ações do projeto para o tema dos royalties e como estes podem ser empregados na mitigação dos impactos da indústria do petróleo e gás natural, no campo da justiça intergeracional e para tratar da dependência econômica desses municípios quanto a este recurso.

Além disso, foram realizadas capacitações com a equipe, num total de 53, para alinhamento e formação. Deste total, foram 25 encontros sobre o orçamento público. A equipe, agrupada por região, conheceu aspectos conceituais e práticos do tema, com análise dos sistemas municipais de transparência e de suas execuções. A oficina teve continuidade no encontro trimestral realizado no mês de dezembro, a fim de qualificar as estratégias de análises do orçamento e manuseio dos sistemas de transparência pública. Desta forma, foram apresentados às ferramentas do Excel, com análise de dados do sistema do orçamento público e suas especificidades, assim como conheceu e debateu sobre estratégias de divulgação desses dados, como Power BI, artigos científicos e meios de comunicação.

As demais capacitações foram para alinhamento sobre as metodologias de ação e procedimentos diversos aplicados no NEA-BC e diagnóstico (20), e para planejamento do pró-lideranças e produção de material didático (8).

Foi realizado um intercâmbio para a troca de experiências na qual a equipe de campo dos municípios do Espírito Santo esteve no Núcleo Operacional de Araruama para conhecer as ações do Grupo Gestor Local e a aplicação das metodologias do projeto, a fim de incorporar às atividades que logo estarão ativas no estado capixaba.

Por fim, as equipes de gerência e gestão do projeto NEA-BC apresentaram o trabalho científico no X Encontro Brasileiro de Educomunicação - Educomunicação nas políticas públicas e a urgência da participação social para a cidadania. O trabalho com o título: Participação no orçamento público: a educomunicação na produção de saberes no projeto NEA-BC, apresentou as estratégias de disseminação da informação do orçamento público realizadas no projeto.

As capacitações se estenderam aos bolsistas, que participaram de 14 reuniões formativas, desde orientação de suas funções, quanto para formação em temas e metodologias do projeto.

O **objetivo 3.2** sobre o desenvolvimento do Pró-Lideranças, com meta prevista para o ano II, passou por uma etapa de planejamento junto à equipe e comunitários, por meio de consultas. Para tanto, realizou-se duas reuniões de alinhamento e 13 oficinas de levantamento de dados junto aos GGLs.

Destaca-se que para o **objetivo 3.3** do plano de trabalho sobre elaborar o programa de intervenção referente ao Eixo 4 do Plano Macro, o órgão ambiental oficiou à Petrobras no documento de nº 153/2024/COPROD/CGMAC/DILIC, referente ao processo nº 02022.000468/2015-66, informando que a empresa estava dispensada de cumprir tal objetivo. Todavia, a equipe do projeto foi convidada a participar da 2ª fase do Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação de Impactos Socioambientais (PARMIS), junto às equipes dos PEAs Territórios do Petróleo, Rendas do

Petróleo e PEAC e assim, contribuir com a construção do plano. Com esse fim, foram realizadas oficinas na modalidade on-line e presencial, para detalhamento do Programa Macrorregional de Controle Social de Rendas Petrolíferas (PMCSR) e, na ocasião, a equipe do NEA-BC contribuiu com a apresentação de metodologias ligadas aos processos diagnósticos, formativos e interventivos realizados no projeto com a proposição de metas e indicadores que contribuíssem com o desenvolvimento dos objetivos dispostos no plano.

08 – Cronograma físico-financeiro

Anexo III – Relatório Físico-Financeiro

09 – Considerações Finais

O primeiro ano da V fase do projeto NEA-BC foi marcado pelas atividades de expansão do projeto para o Espírito Santo e a continuidade das ações formativas e de controle social no estado do Rio de Janeiro. Com isso, foram realizadas 93 atividades relacionadas aos processos diagnósticos, 102 para as publicações e divulgações do projeto, 702 para as atividades formativas e 466 para as atividades de controle social e incidência política. Estas envolveram reuniões do GGL, formações para acolhida de novos participantes, grupos de estudo e de trabalho, formações abertas à comunidade, oficinas, participação e representação em espaços colegiados, como audiências públicas, conselhos gestores municipais e comitês de bacia hidrográfica, reuniões com o poder público para apresentação de propostas de melhorias de políticas públicas, monitoramento e divulgação do orçamento público, mapeamento das legislações, que interferem nas questões socioespaciais no âmbito do município, participação nos processos de revisão de Planos Diretores municipais e ações conjuntas com instituições e demais PEAs voltadas para acompanhamento, monitoramento e incidência política. Outras atividades como mobilização, estruturação dos Núcleos Operacionais e atividades operacionais contabilizam 38 ações, num total de 1.402 atividades realizadas no projeto, para o período.

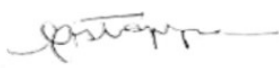
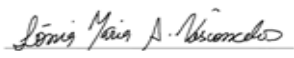
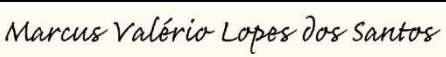
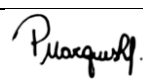
No Espírito Santo, as metas previstas para o ano II começaram a ser implementadas incluindo, assim, atividades com a comunidade. Com isso, os primeiros comunitários passaram a frequentar o projeto, que se fez presente em atividades da gestão pública e em diálogo com os gestores locais.

As ações de comunicação totalizaram 100 materiais informativos e alcançaram um total 73.617 contas, nas mídias sociais. Em dezembro de 2024, o projeto possuía 230 participantes em seus 17 municípios. As atividades foram ancoradas teórico-metodologicamente no Projeto Político-Pedagógico da Associação Raízes e os processos educativos divididos em diagnósticos, formativos e interventivos, com objetivo de compreender coletivamente as características das realidades locais e regionais, construir e disseminar conhecimentos sobre temas afins ao projeto e fomentar a intervenção para transformação social. Para tanto, foram executadas por meio de metodologias participativas, pautadas na educação ambiental crítica e na educação popular, de forma a permitir o diálogo, o processo de reflexão e ação dos grupos participantes, nos quais saberes científicos e populares tornam possíveis o surgimento de novos saberes e formas de solucionar os problemas e transformar as realidades locais e regionais.

Por fim, as atividades educativas (diagnósticas, formativas e interventivas) voltaram-se para a mitigação dos impactos sobre as questões socioespaciais, sobretudo no que tange às legislações para a área, principalmente o Plano Diretor. Assim, os comunitários, com a mediação da equipe, mapearam as legislações, aprofundaram os conhecimentos acerca das realidades locais e das políticas públicas socioespaciais, bem como exerceram o controle social nos espaços colegiados e em audiências públicas com a apresentação de propostas de melhorias aos Planos Diretores e em políticas públicas setoriais.

10- Responsáveis pelo Projeto

10.1 Equipe Técnica Petrobras

Nome	Empresa	Função	Assinatura
Cristina Guerreiro	Petrobras	Gerente Setorial	
Graziela Oliveira	Petrobras	Engenheira Ambiental	
Sônia Vasconcelos	Bureau Veritas	Analista em Comunicação Social	
Marcus Valério	Bureau Veritas	Analista em Comunicação Social	
Michel Tranjan	Bureau Veritas	Analista em Comunicação Social	
Paula Marques	Bureau Veritas	Analista Ambiental	

10.2 – Responsável Institucional

INSTITUIÇÃO:	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - UN-BC
Cristina Guerreiro de Meneses	Gerente Setorial SMS/LMA/GAE&P/AGP

10.3 - Equipe coordenadora e responsável por este relatório

NOME	ÁREA PROFISSIONAL	CONSELHO REGIONAL	CADASTRO IBAMA	ASSINATURA
Alejandra Huerfano	Bióloga	-	8785761	Alejandra Huerfano
Augusto Pascoal	Comunicador Social		8790734	Aug. P.
Dagma F. Pontes	Comunicadora Social	-	8264394	Dagma F. Pontes
Fabiana Reis	Historiadora	-	7255621	Fabiana Reis
Fábio Reis	Gestor Ambiental		3050136	Fábio Reis
Gisely Mendes	Bióloga		5234954	Gisely de Paula Mendes
Igor de O. Ferreira	Advogado	OAB RJ 246473	8537907	Igor de O. Ferreira
Izabela Apolinário	Administradora		8570367	Izabela A. de Souza
Isroberta R. Araujo	Cientista Social	-	623939-3	Isroberta R. Araujo
Júlia Viellas	Advogado	OAB/RJ 217458	8537916	Júlia Viellas
Sandra Miscali	Assistente Social	CRESS 15517	6235906	Sandra Miscali
Natalia Silveira	Cientista Social	-	8538309	Natalia Silveira
Willian Batista	Geógrafo	-	7813788	Willian S. Batista

Anexos

- ANEXO I – Atas e Relatórios de Atividades
- ANEXO II – Peças de Comunicação
- ANEXO III – Relatório Físico-Financeiro
- ANEXO IV – Ações de Trabalho dos Núcleos
- ANEXO V – Planilha de Atividades
- ANEXO VI – Monitoramento dos Resultados
- ANEXO VII – Monitoramento das Propostas de Incidência
- ANEXO VIII – Relatório Resumido de Atividades
- ANEXO IX - Relação de Empreendimentos